

**EXPLORADORES** | Em Itabuna, denúncia anônima investigada pela polícia culminou no indiciamento de dez pessoas que estariam pagando de R\$ 2 a R\$10 para obter sexo e fotos eróticas de crianças e adolescentes

# Denunciar é a solução para combater o crime

EDER LUIS SANTANA  
eluis@grupoparade.com.br

O explorador sexual pode estar ao seu lado, na casa do vizinho, junto com seus amigos ou no bar da esquina. É por esse motivo que denunciar é o passo inicial para fazer com que a violência sexual contra crianças e adolescentes não fique impune. Foi graças à coragem de quem denunciou que as autoridades de Itabuna, cidade a 429 km de Salvador, conseguiram prender dez acusados de exploração sexual infanto-juvenil. Nove deles foram identificados pelas próprias vítimas, meninas de 9 a 15 anos.

São todos pessoas comuns, como professores, aposentados e funcionários públicos que pareciam estar acima de qualquer suspeita. As garotas faziam sexo em troca de valores entre R\$ 2 e R\$ 10. As investigações duraram um ano e tiveram início graças à parceria do Ministério Público com o Serviço de Investigação (SI) da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam).

Batizada de Menina Grapiúna, a operação começou com denúncias anônimas encaminhadas ao promotor Cássio de Melo, do Ministério Público. Fotografias de meninas sem roupa foram enviadas à promotoria e, depois, à delegada titular da Deam, Lisdeili Nobre. A delegada ouviu depoimentos de nove meninas atraídas pelos homens até seus locais de trabalho ou levadas, de carro, a áreas desertas em beiras de estrada.

Com apenas investigadores, a equipe da delegacia não conseguiu localizar as meninas presentes nas fotos enviadas ao MP. Em contrapartida, a promotoria pública conseguiu identificar os acusados indicados pelas vítimas e formalizou o pedido de prisão preventiva por exploração sexual e produção de fotografias de crianças e adolescentes, estupro e atentado violento ao pudor. Dez dos 11 homens foram presos. Alguns são casados, com filhos, e têm família na cidade.

**EDUCAÇÃO**—A Operação Menina Grapiúna pretende reduzir a quantidade de casos de violência contra crianças e adolescentes em Itabuna. O projeto é baseado em quatro vertentes: educação, diagnóstico das áreas de risco, apoio social e repressão.

“Essa é uma questão cultural. A sociedade não vê as crianças como vítimas, mas como culpadas por vender o próprio corpo. Para solucionar o problema, não basta prender, temos que mudar conceitos”, explica a delegada Lisdeili, que assumiu o cargo há um ano.

No lado educacional, palestras começaram a ser feitas nas escolas públicas para formar educadores e alunos sobre os conceitos de violência contra a criança e o adolescente, além dos riscos do turismo sexual. Em parceria com outros órgãos, a delegacia elaborou um manual de conduta, com informações sobre as leis de combate a crimes sexuais infanto-juvenis. Cinco mil cópias foram distribuídas na cidade no final de novembro.

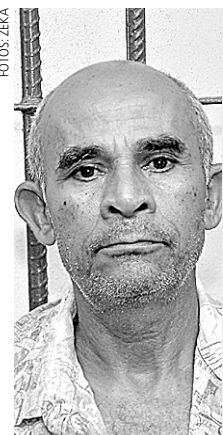
Lisdeili também mapeou áreas propensas a registrar esse tipo de crime, localizou cafetões, registrou os pontos de prostituição da cidade e está investigando para encontrar possíveis aliciadores de menores de 18 anos. No âmbito social, parte das meninas e suas famílias começaram a ser atendidas pelo Programa Sentinela, com base em ações educacionais e de assistência social.

Está prevista para Itabuna a construção da Delegacia do Adolescente Infrator (DAI), mas não uma Delegacia de Repressão a Crimes contra Crianças e Adolescentes (Derca). As ocorrências desse tipo vão à Deam, onde dividem espaço com os demais crimes praticados contra mulheres.

**HISTÓRICO** — Antes das atuais prisões da Operação Menina Grapiúna, outras ações conseguiram prender pessoas acusadas de explorar meninas, como aconteceu com a comerciante Maria da Glória Silva, 47 anos, dona do Lido, no centro comercial ao lado da estação rodoviária da cidade. Conhecida como Maria da Fari-

## ACUSADOS

Os agentes de investigação da Operação Menina Grapiúna descobriram que os homens identificados não tinham ligações entre si. São apontados como consumidores de um mercado do sexo que se aproveita de meninas pobres que andam sujas e com fome pelas ruas de Itabuna. Muitos são aposentados, casados e com família estabelecida na cidade



### DOMINGOS BATISTA DE JESUS

65 anos, fotógrafo conhecido na cidade como Domingos Retrartista. Mora sozinho e foi apontado pela maioria das meninas como alguém que pagava sempre pelo sexo. Não foram encontradas fotos que o incriminassem em sua casa, mas as máquinas fotográficas foram encaminhadas à perícia. Batista assumiu ter feito sexo por R\$ 10 com uma garota há um ano e jurou não ter registro de crianças sem roupa. O fotógrafo disse conhecer as jovens porque elas costumam ir na porta de sua casa pedir comida e dinheiro |



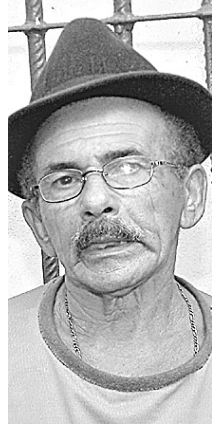
### RICARDO MARTIN BENTIM ZACARIAS

38 anos, professor de matemática da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), foi preso dentro do departamento acadêmico. Em depoimento, as meninas o chamavam de Ricardo Japonês, porém, o acusado nasceu em Lima, no Peru. Há três anos morando em Ilhéus, cidade vizinha a Itabuna, Zacarias confessou que há um ano mantinha relações com meninas entre 9 e 13 anos. A princípio, disse ter ficado com vontade de ajudá-las ao perceber que eram analfabetas. Ricardo assumiu que tirava foto delas, mas depois apagava o material |



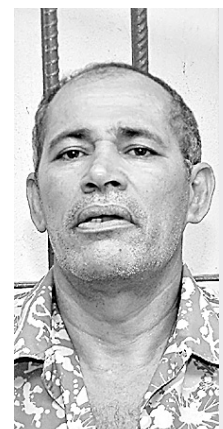
### EUNILDO ANDRADE DE BRITO

42 anos, aposentado que complementa a renda como cabeleireiro e dono de açougue. As meninas o chamam de “o gordo do salão”. Morando sozinho, Brito as explorava assim que terminava o expediente. Algumas eram pagas para ajudar na limpeza. Com ele, as meninas disseram que costumavam fazer uma prática chamada de “rala coxa”, na qual são pagas para se esfregar no corpo do explorador sem penetração. Eunildo negou. Disse que teria despertado a raiva de uma menina depois de ter-lhe negado um pedaço de carne |



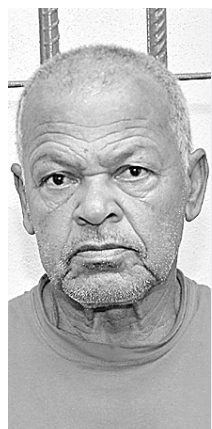
### EDVALDO JOSÉ DOS SANTOS

69 anos, aposentado. Pesa sobre ele o fato de o Conselho Tutelar ter recebido diversas denúncias de que meninas freqüentavam sua casa. Morando sozinho, Edvaldo garante nunca ter tido relação sexual com menores de 18 anos. Contou ainda que conhece as garotas porque costuma pagar para que façam serviços domésticos em sua casa no bairro Maria Pinheiro, além de ter o hábito de ajudar os pobres na região |



### LAILSON BARBOSA

52 anos, dono de uma oficina mecânica de automóveis. Conhecido na cidade como Pernão, o mecânico aparece nas declarações de três meninas. Elas disseram ter entrado no carro de Lailson para fazer sexo na beira da estrada. Em sua defesa, o mecânico disse que nunca teve contato íntimo com as adolescentes, mas afirmou que três crianças de rua estão sempre nas proximidades de sua oficina e que as deixa andar em uma bicicleta de sua propriedade |



### DELÍCIO COSTA SANTOS

63 anos, aposentado e dono do bar Pedro Jerônimo. Conhecido como Gajé, é casado e tem filhos que foram à delegacia dizer que a denúncia foi uma armação para prejudicá-lo. Delício aparece nas declarações como responsável por atrair as meninas até o bar e, ao final do expediente, fechar a porta para fazer sexo com elas. Depois de preso, Santos cogitou a possibilidade da denúncia ter sido motivada por vingança, uma vez que três meninas que vivem na rua insistem em ficar perto do seu bar, tendo de expulsá-las com freqüência |



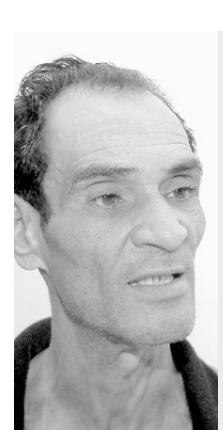
### ALBERTO NUNES

45 anos, advogado. Irmão de Gabriel Nunes, ex-presidente da Ordem dos Advogados da Bahia (OAB) em Itabuna. Foi apontado como o único com quem as meninas não teriam feito sexo, entretanto, no meio das fotos enviadas ao Ministério Público, foi encontrada uma foto dele ao lado de uma mulher. Nunes foi o único a ser solto logo após as prisões. Ele ficou apenas três dias preso até ser liberado. Por enquanto, não há indícios para incriminá-lo. Nunes diz estar sendo vítima de perseguição por possuir inimigos na promotoria |



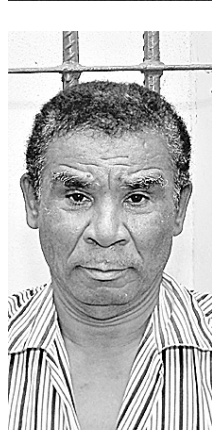
### WANDERLEI SOARES DA SILVA

39 anos, funcionário público da prefeitura. Apontado pelas adolescentes como um dos que costumavam pagar com freqüência pelo sexo. Casado e com uma filha. Duas garotas chegaram a decorar o número do seu celular. A exploração acontecia à noite, quando sua mulher ia trabalhar. A filha do casal era levada para casa de parentes e Wanderlei recebia as vítimas em casa. Depois de negar, disse que as meninas jamais entraram em sua moradia e costumavam visitar um vizinho. O rapaz apontado por Wanderlei foi identificado, mas não há indícios contra ele.



### CARLOS ANTÔNIO SOUZA ESTEVES

53 anos, conhecido pelo apelido de Carlos Cotó, por não ter o braço direito. Aposentado por invalidez, mora sozinho no bairro de Fátima. Em sua casa, a polícia encontrou uma boate improvisada, para onde as meninas seriam levadas. Esteves foi preso depois de dois dias escondido na casa de parentes. As meninas passavam a noite ao seu lado e chegaram a reclamar de ter levado calote, sem receber o dinheiro depois do sexo. Em sua defesa, negou e disse ter montado a boate para se divertir com amigos |



### RAIMUNDO REGIS BARBOSA

67 anos, caseiro há 20 anos de uma mansão em um bairro nobre. Os patrões apareciam com pouca freqüência, o que facilitava levar as garotas ao local. Hoje com 15 anos, uma das vítimas disse que desde os 13 é explorada por ele. Outro ponto em comum nos depoimentos é a queixa de que Barbosa costumava dar calote. Algumas vezes, fazia farofa de ovo, ou então deixava que tomassem banho de piscina para não pagar. Barbosa jurou inocência e disse que as meninas é que entravam para roubar cacau e pedir comida, sem nunca encostar nelas |



“É uma questão cultural. A sociedade não vê as crianças como vítimas, mas como culpadas por vender o corpo. Por isso, não basta prender: temos que mudar conceitos”

Lisdeili Nobre, titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam) de Itabuna |

nha, a comerciante é apontada como aliciadora por induzir meninas de 14 e 15 anos a fazerem sexo em troca de dinheiro, tendo como ponto de encontro o seu bar. Nos fundos do estabelecimento, quartos eram alugados por R\$ 5, onde os clientes faziam sexo. O bairro é conhecido como Feira da Farinha e aparece nos relatórios da polícia como um dos principais pontos de exploração em Itabuna.

Maria da Farinha ficou sete dias presa até pagar fiança de R\$ 1.750. Aguarda o processo em liberdade. A comerciante aceitou dar entrevista, desde que não fosse fotografada. Negou as acusações e disse ter sido vítima de um flagrante forçado pela polícia. “Chegaram quando eu estava abrindo o bar e tinha uma menina de 17 anos fumando e bebendo em outro estabelecimento. Daí vieram dizer que estava no meu bar”, contou.

Sobre os quartos utilizados para o sexo, Maria afirmou que o único cômodo serve de dormitório para funcionárias, sendo utilizado

por clientes de fora da cidade que pedem para dormir no local antes de seguir viagem.

**IMPUNIDADE** — Apesar da Menina Grapiúna ter sido considerada uma ação bem-sucedida, o coordenador da Polícia Civil em Itabuna, Nélis Araújo, lamenta que casos como esse não costumam resultar em punições severas por conta da falta de proteção dada às vítimas.

A principal crítica do delegado é com relação à pressão sofrida pelas meninas. Depois de ouvidas na delegacia, as garotas costumam voltar para seus locais de origem — a rua — e passam a sofrer ameaças ou ficam com medo de retaliações por parte dos acusados. Isso faz com que os depoimentos em juízo sejam alterados. Ou seja, enquanto nas delegacias as declarações são bastante incriminatórias, na justiça as vítimas mudam de posição e negam tudo. É o suficiente para os exploradores serem absolvidos por falta de provas.

Araújo acredita ser mais eficiente o modelo aplicado nos Estados Unidos. Em caso de exploração sexual, as meninas são ouvidas por psicólogos que passam a depor em nome da vítima.

Em Itabuna, outros problemas são identificados por quem atua nas instituições da rede de proteção à criança e ao adolescente. Uma queixa recorrente, que se repete nas demais cidades baianas, é a carência de ações sociais voltadas a retirar crianças e adolescentes da situação de risco, o que amplia as chances de elas voltarem a ser alvos dos exploradores.

“A ação policial não vai impedir que façam sexo em troca de dinheiro novamente. E irão continuar vulneráveis se permanecerem na rua. O Estado dá a repressão, mas, se elas ficarem carentes da ação social, não será resolvido o problema”, completa o delegado.

A coordenadora do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente em Itabuna, Celeste Aida Souza, assinala que o Conselho Tu-

## ONDE FICA



EDITORIA DE ARTE A TARDE

## ENTREVISTA LAURO MONTEIRO

# “Machismo beneficia este tipo de crime”

**A TARDE** | Quais informações são importantes para as denúncias de exploração sexual?

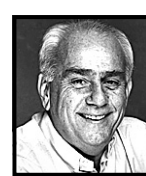
LM | O ideal é que a denúncia venha com a maior quantidade possível de dados. Isso inclui nome do suspeito, endereço e a faixa etária média das vítimas, para facilitar a checagem inicial do Conselho Tutelar. Além disso, tem de ser garantido à pessoa que ela não será identificada. Isso evita que fiquem com medo de sofrer pressão.

**AT** | Qual o perfil do explorador sexual de crianças e adolescentes?

LM | Não há um perfil fechado, mas a maioria absoluta dos casos é de homens que se aproveitam de meninas. Mas isso não descarta que existam mulheres sendo exploradoras e meninos como vítimas. Há alguns anos acreditava-se que os turistas seriam os maiores envolvidos, mas, com o passar do tempo, percebeu-se que a violência surge de outras partes da sociedade. Existe a questão cultural que prejudica. No Nordeste, por exemplo, o machismo beneficia esse tipo de crime.

**AT** | Quais seriam as soluções para acabar com a exploração?

LM | O grande problema é a pobreza. Acredito que o passo inicial é a educação sexual, com a família orientando a criança desde cedo a ter conhecimento sobre o próprio corpo e de que não deve permitir se alguém quiser mexer com ela. Importante também é que haja o resgate dos valores familiares com as crianças sendo respeitadas. Além disso, o poder público tem de incentivar que as pessoas denunciem, sem deixar de pôr em prática os artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).



**QUEM É** Presidente da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia). Em 1998, ajudou na criação do primeiro disque-denúncia contra violência sexual infanto-juvenil no Brasil. As queixas podem ser encaminhadas ao Ministério da Justiça pelo telefone, bastando discar 100.

telar da cidade tem dificuldade de apurar denúncias de exploração pelo fato de não ter viatura própria. A solução é apelar à prefeitura sempre que precisarmos de veículo. Mesmo assim, esses carros não ficam disponíveis à noite, quando é possível confirmar a existência dos crimes. “Algumas vezes, utilizamos a viatura da polícia, quando há uma diligência fora do perímetro urbano e a conselheira precisa de proteção”, completa.

O medo das jovens serem alvos de represálias fez com que o Programa Sentinela em Itabuna encontrasse um local isolado para abrigá-las. O coordenador do programa, Edson Nascimento, diz ter sido um trabalho difícil lidar com os vícios adquiridos nas ruas. “São meninas que usam tñer e maconha. Estão nervosas, ansiosas para sair e querendo fugir. Querem fumar e ficam agressivas pela abstinência do sexo”, comenta. Hoje, o Sentinela acompanha 35 vítimas de violência. Cinco delas são casos de exploração.